**“O ESTADO E A REVOLUÇÃO”
DE LÊNIN**

LUCIO COLLETTI

EDMUNDO FERNANDES DIAS
(Tradutor)

2ª edição

textos Didáticos
nº 6 – FEVEREIRO DE 2004

TEXTOS DIDÁTICOS
IFCH/UNICAMP
SETOR DE PUBLICAÇÕES

ISSN: 1676-7055

Diretor: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Diretor Associado: Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral:

Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli

Coordenação da Revista Idéias:

Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Coordenação da Coleção Idéias:

Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari

Coordenação das Coleções Seriadadas:

Prof. Dr. Lucas Angioni

Coordenação da Coleção Trajetória:

Prof. Dr. Armando Boito Jr.

Coordenação da Monografia, Cadernos da Graduação e Cadernos do IFCH: Prof^ª

Dra. Suely Kofes

Representantes dos Departamentos:

Prof^ª Dra. Suely Kofes – DA, Prof. Dr.

Armando Boito Jr. – DCP, Prof. Dr.

Lucas Angioni – DF, Prof. Dr. Pedro

Paulo A. Funari – DH e Prof. Dr. Marcelo

Ridenti – DS

Representantes dos funcionários do setor:

Marilza A. Silva, Magali Mendes e

Sebastião Rovaris

Representantes discentes: Nádya Cristina

Nogueira (pós-graduação) e Rafael

Rodrigues Testa (graduação)

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Magali Mendes e Hilda Segala Pereira.

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana.

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

TEXTOS DIDÁTICOS

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Caixa Postal: 6110

CEP: 13083-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 3788.1604 / 3788.1603 - Fax: (019) 3788. 1589

pub_ifch@unicamp.br morewa@unicamp.br

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

“O ESTADO E A REVOLUÇÃO” DE LENIN

*Lucio Colletti*¹

O tema fundamental de *O Estado e a Revolução* – que se imprime indelevelmente na memória e que logo volta a ela quando se pensa nele – é o tema da revolução como ato *destrutivo e violento*. A revolução não pode ser somente a conquista do poder, deve ser, também, a destruição do velho Estado. “O essencial”, diz Lenin, “é saber se se conserva a velha máquina do Estado ou se ela será *destruída*”. *Sprengen, zerbrechen*, destruir, explodir: o tom da obra está aqui. Lenin não polemiza contra quem não quer a conquista do poder. O objetivo do seu ataque não é o *reformismo*. Ao contrário, polemiza contra quem quer a conquista do poder, mas não quer ademais a destruição do velho Estado. O autor considerado por ele é Kautsky. Mas, atenção, não o Kautsky que se manifestará pós-1917 (em *Terrorismo e Comunismo*, por exemplo), mas, pelo con-

¹ Publicado originalmente na revista “Problemi del Socialimo”, edição de agosto de 1967 e republicado em *Ideologia e Società*, 4ª ed., pp. 295-304, 1975, Gius. Laterza & Figli Spa, Roma – Bari. Tradução de Edmundo Fernandes Dias. Obs: este capítulo não foi traduzido na edição espanhola.

trário, o Kautsky dos escritos dedicados à luta contra o oportunismo: o Kautsky que *quer* a revolução, a conquista do poder, mas, todavia, *não quer* a destruição da velha máquina do Estado.

A primeira impressão que se tira é a de uma obra implacável, mas sectária, primitiva, penetrada de “furor asiático” – uma espécie de “elogio da violência pela violência”. A idéia de “revolução” que se nos apresenta parece conter uma redução da revolução aos seus dados mais elementares e exteriores: a conquista do Palácio de Inverno, o Ministério do Interior em chamas, a prisão e a execução dos velhos governantes. E foi esta interpretação, exatamente, que fez a fortuna de *O Estado e a Revolução* durante toda a época estalinista, durante vinte e cinco anos, de 28 a 53, não apenas na Rússia, mas em todos os partidos comunistas do mundo. A revolução é a violência. Kautsky é social-democrata porque não quer a violência. É impossível ser comunista e não querer a conquista violenta do poder. Até 1953, quem, militando em um partido comunista (mesmo no italiano), tivesse ousado duvidar desta necessidade da violência, ter-se-ia encontrado nas mesmas condições em que se encontra hoje quem externe dúvidas sobre a “via pacífica e constitucional”².

Não cometeremos a tolice de dizer que Lenin é *contrário* à violência. Ele é favorável à insurreição violenta, como em junho de 17 o é pelo desenvolvimento pacífico da revolução. É por uma ou por outra, segundo as circunstâncias. Onde, pelo contrário, seu pensamento não muda é que, em todos os casos e *sempre*, deve haver a *destruição* da máquina do Estado.

² Relembremos que este texto foi escrito em 1967.

Os modos pelos quais a revolução pode realizar-se são em parte ocasionais; dependem de uma constelação de eventos, sobre os quais seria vão discorrer *a priori*³. Não é o número de mortos, como tal, que faz a profundidade do processo revolucionário. Pelo contrário, o essencial da revolução, a *destruição* a que não se pode renunciar (e que só a violência, contudo, por si mesma não basta para garantir) é a destruição do Estado burguês, enquanto poder *separado e contraposto* às massas, e sua substituição por um poder *de tipo novo*. Este é o ponto essencial.

A velha máquina do Estado tem de ser destruída, diz Lenin, porque o Estado burguês repousa sobre a *separação* e sobre a *estraneidade* do poder em relação às massas. Na sociedade capitalista a democracia, no melhor dos casos, está “sempre limitada pelo quadro restrito da exploração capitalista”. “A maioria da população está afastada da participação na vida político-social”. Todos os mecanismos do Estado burguês são limitações que “excluem, expõem os pobres da política, da participação ativa na democracia”. Uma revolução socialista que mantivesse de pé este tipo de Estado manteria viva a *separação* do poder em relação às massas, a *dependência* e subordinação destas.

Se a socialização dos meios de produção deve significar que a sociedade, emancipando-se do domínio do capital, se torna senhora de si e coloca as forças produtivas sob o próprio controle consciente e conduzido segundo um plano, a forma política na qual pode realizar-se esta emancipação econômica do trabalho, só poderá ser centralizada sobre a iniciativa e o autogoverno dos produtores.

³ Grifo nosso (EFD).

Emerge aqui o verdadeiro tema de fundo de *O Estado e a Revolução*. A destruição da máquina do Estado burguês não é o Ministério do Interior em chamas, não são as barricadas. Tudo isto pode acontecer, mas não é o essencial. Para a revolução o essencial é a destruição do diafragma que separa o poder em relação às classes trabalhadoras, a emancipação e a autodeterminação destas, a transmissão do poder diretamente às mãos do povo. A Comuna, diz Marx, forneceu a prova que “a classe operária não pode assenhorear-se pura e simplesmente de uma máquina estatal já pronta e colocá-la em movimento para os seus próprios fins”. Não pode: porque a revolução socialista “não consiste na transferência de uma mão para outra da máquina militar e burocrática”, mas na transferência do poder diretamente às mãos do povo – o que é impossível se aquela máquina não é despedaçada.

Eis aí algumas poucas linhas que merecem verdadeiramente ser meditadas: a revolução socialista não consiste na transferência “de uma mão para outra” da máquina militar e burocrática; a destruição da máquina militar e burocrática do Estado, diz Marx, “é condição preliminar de toda revolução popular real”: e a “revolução popular”, comenta Lenin, é aquela na qual “a massa do povo, a sua maioria, os estratos sociais inferiores oprimidos pelo jugo e pela exploração, se sublevaram em toda a sua profundidade, de modo autónomo, imprimiram a todo processo revolucionário a marca das *suas* reivindicações, das *suas* tentativas de construir de modo original uma nova sociedade no lugar da antiga que foi destruída”.

O sentido do discurso é claro. A destruição da velha máquina é a destruição dos *limites* impostos no Estado burguês à democracia. É a passagem de uma democracia “restrita e limitada” a uma comple-

ta. E a “democracia mais completa” – acrescenta Lenin – “*não é a mesma coisa, qualitativamente, que a democracia não completa*”. Por trás daquilo que formalmente pode parecer uma diferença de quantidade, está em jogo, efetivamente “a grandiosa substituição de um tipo de instituições por instituições diversas por princípio”.

Compreende-se também, neste ponto, o significado da polêmica com Kautsky. O desencontro com Kautsky é importante porque revela um dilema que se tornará depois o tormento de todo o movimento operário depois de Lenin. Kautsky quer a conquista do poder, mas não quer a destruição do Estado. O essencial, diz, é o assenhorear-se pura e simplesmente da máquina estatal já pronta e servir-se dela para os próprios fins. Quem atente à diversidade dessas fórmulas, descobrirá por trás da inocente diferença das palavras, uma diferença bastante mais substancial e profunda. Para Lenin a revolução não é apenas a passagem do poder *de uma classe à outra*, mas também de *um tipo de poder a outro*: as duas coisas, para ele, não são senão uma porque a classe operária que toma o poder é a classe operária que se autodirige. Para Kautsky, pelo contrário, a conquista do poder não significa construção de um *poder novo*, mas é, simplesmente, o acesso ao uso do *velho* poder pelos dirigentes que *representam*, mas não são, a própria classe operária. Para um o socialismo é autogoverno das massas (no socialismo, diz Lenin, “a *massa* da população atingirá uma participação *autônoma* não apenas nas votações e nas eleições *mas na administração cotidiana*. No regime socialista todos governam por vez e cedo se habitua a fazer com que ninguém governe”). Para o outro, o socialismo é a gestão do poder *em nome* das massas. Para Lenin, a revolução socialista deve destruir a máquina do velho Estado porque deve destruir *a própria diferença entre governantes e gover-*

nados. Para Kautsky, o Estado e seu aparelho burocrático não serão destruídos, porque a burocracia, isto é, a diferença entre governantes e governados, é insuprimível e deve subsistir sempre. Para Lenin, a revolução é o fim dos patrões; para Kautsky é apenas o advento de um novo senhor.

Repitamos que Kautsky contra quem Lenin polemizava é um Kautsky ainda marxista, que tem bem firme a concepção classista do Estado. A sua visão política, além disso, tem uma rígida acentuação obreirista. Como todo o marxismo da Segunda Internacional, o seu classismo é seguramente tão estreito que freqüentemente se transforma em estreiteza corporativa. O que Lenin escreve contra Plekhanov e os outros, em defesa do conceito de Marx da “revolução *popular*”, pode estender-se tranqüilamente a ele.

E, todavia, apesar do seu rígido classismo, a idéia do *poder* que Kautsky tem já está grávida em si de todos os desenvolvimentos futuros. Este Estado que, de fato, não se deve destruir, mas que basta ser assenhoreado para dirigi-lo aos seus próprios fins, aquela máquina militar e burocrática que não será desmantelada, mas transferida “de uma mão para outra”, já é *in nuce* um Estado já “indiferente” à natureza de classe: é um instrumento técnico ou “neutro”, um simples *meio*, que pode fazer o bem ou o mal, de acordo com quem o conduza ou sirva-se dele.

A teoria da estrita conquista do poder, mas não também da destruição-transformação, contem então, em germe, uma teoria *inter-classista* do Estado. Dizendo melhor, é a perene oscilação entre dois pólos extremos: um subjetivismo desenfreado que vê a essência da revolução e do socialismo no acesso ao poder de um certo *pessoal político*, que é, como se sabe, a burocracia do partido; e

uma concepção interclassista do Estado. O primeiro caso dá nos chamados regimes *a la* Rakosi: a "ditadura do proletariado" *por procuração*, que evolui, sabemos, no devido tempo, para a concepção do... "Estado de todo o povo". O segundo dá nos mandarins da burocracia socialdemocrata: os Scheidemann, os Léon Blum, os Mollet, os Wilson, que – enquanto e precisamente porque servem ao Estado burguês – crêem por isso mesmo servir o interesse de *toda* a sociedade, o interesse "geral" e "comum".

O objetivo da nossa luta política escreve Kautsky, é "a conquista do poder estatal mediante a obtenção da maioria no parlamento e a transformação do parlamento em senhor do governo". O parlamento – como se vê – existe antes, existe depois, deve existir sempre. Não apenas é independente das classes, mas seguramente das épocas históricas. Estamos no cerne do interclassismo. A fórmula de Kautsky (e de todos os seus atuais imitadores) não supõe, sequer hipoteticamente, que o regime parlamentar possa estar de algum modo ligado à estrutura de classe da sociedade burguesa. Esta fórmula não apenas faz *tabula rasa* de toda a crítica de Marx ao Estado representativo moderno, mas o caráter de classe do regime parlamentar, que talvez esteja disposto a conceder, é visto não no próprio regime como tal mas nas suas perversões: as cabalas eleitorais, o transformismo político, os "currais", o subgoverno, etc.; "anomalias" que, voluntariamente ele sublinha, quanto mais elas consentem de evocar o "parlamento verdadeiro", o Parlamento "espelho fiel do país" auspiciado por Togliatti: o único utopismo que sabemos que as "velhas raposas" se concedem.

Conseguir a maioria no parlamento e transformar o parlamento em senhor do governo. A questão essencial para Kautsky é decidir quem comanda *no parlamento*; é mudar ainda que de modo

radical a equipe de governo. Que se possa e se deva ir mais adiante, que, pelo contrário, o essencial seja abater a distinção entre governantes e governados, isto Kautsky sequer chega a imaginá-lo. O parlamento “senhor do governo” é a sua fórmula; o povo “senhor do parlamento” – isto é, a supressão do parlamento enquanto tal – é a de Lenin.

Preste-se atenção para entender bem esta crítica de Lenin ao sistema parlamentar. Esta não é a crítica sectária e primitiva, a crítica impotente de Bordiga, a denúncia que o parlamento é um “engano”, um “engano” a democracia política, etc. Esta é a crítica que prevaleceu historicamente na tradição comunista. É a crítica elementar que, não tendo êxito em fazer uma análise de classe da democracia liberal e captar-lhe o modo orgânico pelo qual ela tem concreção com o regime econômico e social capitalista, denuncia em termos subjetivísticos o parlamento e o Estado representativo moderno como se este fosse um instrumento conscientemente “inventado” pela classe dominante para enganar o povo (de modo similar ao de Voltaire para quem a religião era uma invenção dos padres). A superficialidade e a impotência dessa crítica emerge claramente quando se considera que dela descende a própria irrisão niilista pelo problema da *democracia* e da *estrutura do poder* em uma sociedade socialista, que desde então permeou de por si toda a experiência das camadas políticas estalinistas e pós-estalinistas. Em *O Estado e a Revolução*, pelo contrário, a crítica de Lenin ao parlamento consegue recuperar pela primeira vez – e, pela primeira vez, diga-se, no próprio quadro do pensamento de Lenin (donde a importância essencial deste seu escrito que é, sem dúvida, o mais alto do ponto de vista da teoria política) – alguns traços fundamentais da crítica de Marx ao Estado representativo moderno. Isto é tão

verdadeiro que, tanto no plano prático-político *O Estado e a Revolução* coincide com a primeira verdadeira penetração e descoberta, por parte de Lenin, do significado do *soviete* (já nascido no curso da revolução de 1905, mas para ele incompreendido por muito tempo), quanto no plano teórico-político. *O Estado e a Revolução* coincide com a descoberta que a “ditadura do proletariado” não é a ditadura do partido, mas é a Comuna de Paris, aquela mesma Comuna que ainda nos primeiros meses de 17 Lenin considerava, pelo contrário, somente uma forma, ainda que extrema, de “democratismo burguês”.

A diferença entre os dois pontos de vista é tão radical que, enquanto no primeiro caso a crítica do parlamento se torna uma crítica da *democracia*, no caso de Lenin, pelo contrário, a crítica ao parlamento, isto é, à *democracia liberal* ou *burguesa*, é uma crítica à natureza *antidemocrática* do parlamento – uma crítica realizada em nome daquela democracia infinitamente “mais completa” (e, todavia, qualitativamente diversa) que é a democracia dos soviets, a única democracia que merece o nome de socialista.

A literatura marxista depois de Marx não conhece nada que possa competir, ainda que de longe, com a seriedade da crítica ao parlamento contida em *O Estado e a Revolução*; nada que, ao mesmo tempo, seja penetrado por uma igual inspiração democrática profunda como a que anima, de uma ponta a outra, o escrito de Lenin. O “mandato imperativo”, a revogabilidade permanente e constante dos representantes por parte dos representados, a instância de um poder legislativo que *não* seja “um organismo parlamentar, mas de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo” e no qual, então, os representantes “devem eles mesmos elaborar, realizar eles mesmos as leis, controlar eles mesmos os resultados,

responder diretamente de frente aos próprios eleitores”: tudo isto não é uma “reforma” do parlamento (como fantasia o folclore extremista de algumas pequenas igrejinhas, propensas à burocracia do partido, mas “implacável” na denúncia do... parlamentarismo por Lenin!), mas é a *supressão* do parlamento, a sua substituição por organismos representativos de tipo “consiliar” ou “soviético”: é, para retomar as próprias palavras de Lenin, “a substituição grandiosa de um tipo de instituições com instituições diversas por princípio”.

Destruição do Estado e sua substituição, pois, pelas instituições da “democracia proletária”, isto é, com a autogoverno das massas produtoras. O discurso de Lenin é tão rigoroso que ele não hesita face às conseqüências extremas: o próprio Estado socialista – na medida em que o socialismo (isto é, a primeira fase da sociedade comunista) tem ainda necessidade de um Estado – é um resíduo ele mesmo do Estado burguês. “O Estado se extingue quando não existem mais capitalistas, não existem mais classes e, portanto não é mais possível *reprimir* nenhuma *classe*. Mas o Estado não está ainda extinto completamente porque permanece a defesa do “direito burguês” (isto é do princípio “a cada um segundo o seu trabalho” ainda que segundo as suas necessidades) que consagra “a desigualdade de fato”. Na sua primeira fase, pois, “o comunismo *não* pode ainda estar plenamente maduro do ponto de vista econômico, plenamente livre das tradições e dos vestígios do capitalismo. Daí um fenômeno interessante como a conservação do 'horizonte restrito do direito burguês' na primeira fase do regime comunista”. E dado que “o direito burguês, no que se refere à distribuição dos bens de consumo pressupõe, inevitavelmente, ainda, o *Estado burguês*” (“porque o direito não é nada sem um aparelho capaz de obri-

gar o respeito às suas normas”) daí resulta – conclui Lenin – “que no regime socialista durante um período determinado permanece não apenas o direito burguês mas até mesmo o Estado burguês – sem a burguesia!”.

O grau de desenvolvimento do socialismo é aqui medido – como se vê – pelo nível de desenvolvimento da democracia. Quanto mais avançado o processo de extinção do Estado, quanto mais estendido o autogoverno das massas, tanto mais progrediu a passagem e o desenvolvimento do socialismo ao comunismo. O comunismo não é o canal Volga-Don mais o Estado. Não são as “cercas de proteção”, mais a polícia, os campos de concentração e a onipotência burocrática. A idéia de Lenin é outra. Mas, exatamente porque esta idéia é ainda hoje apenas uma *idéia*, convém romper toda lei do silêncio e falar claro.

O Estado e a Revolução foi escrito em agosto-setembro de 1917, em pleno desenvolvimento do processo histórico. Não existem escritos de Lenin que tenham caráter “contemplativo”. Muito menos este é o caráter de *O Estado e a Revolução*. Lenin põe as mãos nele para decidir o que fazer na revolução em curso. É um realista que não confia na “inspiração”, na improvisação política do momento, mas que pretende agir com a plena consciência do que realiza. O momento e o homem dos quais nasce *O Estado e a Revolução* é este. E, todavia basta hoje dar uma olhada em volta para compreender que a relação entre esta idéia de socialismo e o socialismo que existe, não é muito diferente daquela que existe entre o *Sermão da Montanha* e a Cidade Santa do Vaticano.

A resposta que se impõe – mas que se deve dar sem escândalo, com ponderação e serenidade – é aquela que todos já sabem: os

chamados países socialistas, nós os chamamos assim metaforicamente. Não são mais países capitalistas. São países onde foram nacionalizados ou estatizados – mas não *socializados* o que é bem diferente – todos os principais meios de produção. São os “anéis” da cadeia imperialista que se despedaçou. E esta cadeia se despedaçou até agora nos anéis mais débeis, como na China, nas “democracias populares”, na própria União Soviética. Nenhum desses países é verdadeiramente socialista, nem poderiam sê-lo. O socialismo não é um processo nacional mas mundial. Este imenso processo – que é hoje sobretudo a desagregação do sistema capitalista mundial – é o processo que estamos vivendo, e que pelas suas próprias proporções, até hoje jamais conhecidas na história do mundo, não poderá se desenrolar em breve tempo. O processo está aos olhos de todos. Só a beócia “concretude” da social-democracia, convencida de estar no centro da cena eternamente, pode se conceder o luxo de não vê-lo. E, todo aquele que considere superada a idéia de *O Estado e a Revolução* está destinado a cair nesta ilusão social-democrata. Poucos escritos estão, como este, à altura dos tempos. Lenin não está superado. Superado está o socialismo nacional, a “construção do socialismo em um só país”. O comunismo não pode existir, dizia Marx, como “fenômeno local”: “o proletariado só pode existir no plano da *história mundial*, assim como o comunismo, que é a sua ação, não pode de fato existir senão como existência histórico-mundial”.

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Textos Didáticos

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

morewa@unicamp.br

Tel.: (0XX 19)3788.1604 / 3788.1603

Telefax (0XX 19) 3788.1589

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA
REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not
wanted.